

# **DAS DAMAS DE CARIDADE À TRABALHADORAS: UMA ANÁLISE SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA<sup>1</sup>**

Michael Hermann Garcia Teixeira<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O estudo tem como alicerce a tríade composta por três categorias analíticas: gênero, divisão sexual do trabalho e trabalho docente. Tal análise é feita sob dois olhares: um de olhar crítico-reflexivo de referencial sociológico e outro historiográfico. A precarização, a mercantilização do ensino superior, além de particularidades inerentes à profissão do Serviço Social como a subalternidade sócio-profissional aliada à questão do gênero, serão analisadas sob a crítica de autores que enfatizam a junção “gênero-assistente social”. A proposta da construção da dissertação possui o objetivo de analisar – no modo inicial – tais categorias de forma interdependentes e coadunadas entre si e com as demais particularidades da profissão do Serviço Social, sem esquecer de enfatizar o exercício docente dos assistentes sociais, constituídos em sua maioria por mulheres, no contexto de ampliação mercantil do ensino superior e os rebatimentos na formação profissional.

**Palavras-chave:** Gênero, Divisão sexual do Trabalho, Trabalho docente, Serviço Social, Educação Brasileira.

## **INTRODUÇÃO AO DEBATE.**

Em uma época de regressão dos direitos e da cidadania, com a destruição do legado dos trabalhadores, materializada – segundo alguns autores – pela morte da “consciência de classe” que determina a polêmica finalização e extinção da sociedade centralizada pelo trabalho; encontra-se neste contexto, com a falência da acumulação fordista e o neoliberalismo perverso na periferia. O contexto societário brasileiro sob a égide de um Estado dócil às tendências neoliberais, determinadas pelas agências multilaterais, e forte internamente para a manutenção hegemônica dentro de seus territórios, cujo capital especulativo financeiro toma o lugar do capital produtivo e material. Observa-se a naturalização do ordenamento capitalista e das refrações da ‘questão social’ a ele

---

<sup>1</sup> Parte deste artigo fez parte de uma monografia avaliativa da disciplina especial feita no 1º semestre de 2013 do Mestrado em Educação – Universidade Federal de Sergipe.

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social (2000-2003) e Química (1992-1998) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Concluiu a Licenciatura em Química (Faculdade Pio Décimo-SE) e está terminando duas pós-graduações pela UCAM - Universidade Cândido Mendes (Ensino de Química e Ensino de Física) (email: magister.qui@bol.com.br).

inerentes tidas como inevitáveis e imutáveis, deixando em segundo plano o papel essencial dos sujeitos sociais e suas lutas na história cotidiana.(IAMAMOTO, 2004; MONTAÑO, 2008).

Inicia-se esta análise no que concerne o termo “gênero”, uma das categorias centrais propostas pelo artigo. Scott (1995) coloca que o termo surge inicialmente entre as feministas americanas como categoria analítica para a distinção dos sexos. Embora, rejeitasse o determinismo biológico, a categoria se transformou em sinônimo do “feminino”. A mesma autora enfatiza a paridade da *litania* “*classe-raça-gênero*”, embora tais elementos (ou categorias) que constituem a tríade não possuem, entre si, estatutos equivalentes (SCOTT, 1995).

Safiotti (1987 e 2004) coloca que há diversas discussões teóricas que estabelecem sobre diferentes perspectivas e conceitos de gênero já existentes. Enfatiza-se a natureza ideocultural que alicerçaram tais estudos sobre gênero e introduz a questão desta categoria como particularidade analítica que coloca por terra a ilusória neutralidade dos valores ditos "universais" e “imutáveis”. No contexto interdisciplinar, há uma articulação com outras questões de raça, classe e etnia, além das contribuições de diversos eixos epistemológicos como a psicanálise, marxismo, sociologia e antropologia. Gênero se consolida como conceito interdisciplinar, que – segundo Safiotti (2004) fundam suas interpretações enfocando tal conceito como uma representação que produz/reproduz as diferenças por meio da classificação dos sujeitos pelo sexo, os quais exigem abordagens epistemológicas específicas para suas devidas análises.

Enfatiza-se assim, que a categoria gênero denota-se socialmente na sua construção; segundo Corrêa (2001) coloca logo abaixo sobre esta (des)construção da naturalização da categoria assim exposta:

Postos dessa maneira, a emergência e o uso dessa noção, levam também quase inevitavelmente a estabelecer a sua relação com o par que tem sido seu irmão, ou irmã, – (bio)lógico e político – ao longo da história, a noção de raça. Se os questionamentos feministas, somados aos questionamentos dos *queer's studies*, redundam, finalmente, na desnaturalização e desessencialização das definições e classificações humanas, e se as duas definições e classificações mais enraizadas na natureza, e vistas como parte da essência humana, em nossa trajetória

## Das Damas de Caridade à Trabalhadoras

nesta terra são as de sexo e raça, teríamos de chegar à discussão de sua relação (CORRÊA, 2001: 27).

Além de sua construção social, enfoca-se na relação com as demais categorias sociológicas elencadas anteriormente, sabendo que tais relações como por exemplo – ‘*gênero e raça*’ – não são devidamente pesquisados e analisados.

### **GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DAS DAMAS DE CARIDADE À TRABALHADORAS.**

Não se pode pensar o Serviço Social, suas particularidades e dimensões, sem relacionar com a questão de gênero. A auto-imagem da profissão ainda está enraizada sob o olhar conservador – herança dos pioneiros do Serviço Social – ao processo de tecnificação das atividades de ajuda e da filantropia, desconhecendo a história e a complexidade da formatação do tecido societário sob a égide do capital. Retirando algumas colocações de Yamamoto (1998), sendo o pensamento conservador deve ser rompido e desconstruído, retirando a “*visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos*” (p.20); além de “*entender a profissão hoje como um tipo de trabalho na sociedade [...], uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade*” (p.22); e finalizando naquilo que concerne no objetivo da profissão e seu tratamento como trabalho que “*(...) supõe privilegiar a produção e a reprodução da vida social como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das classes que vivem do trabalho*” (p.25).

As modernas “damas de caridade” se metamorfoseavam de trabalhadoras, sofrendo com o tempo uma *proletarização ativa*<sup>3</sup>, saindo de profissionais liberais para trabalhadoras assalariadas (ANTUNES, 1998; CARVALHO; IYAMAMOTO, 1998).

A questão de gênero no Serviço Social não se resume apenas nas suas protoformas, mas possui a sua relevância. A profissão tida como “essencialmente feminina” denota o primeiro critério que evidencia a sua subalternidade nas sociedades de cunho patriarcal, reforçado pela divisão sexual do trabalho (SAFIOTTI, 1987; CRUZ, 2008). Segundo Montañó (2008), o próprio processo de institucionalização do Serviço Social

---

<sup>3</sup> Fenômeno de processo de assalariamento de uma profissão.

como profissão universalizou-o como “profissão feminina”. A representação da ‘mulher’ como “executiva do assistencialismo” e como “profissional do cuidado” determinou o fortalecimento desta auto-imagem profissional (NETTO, 1992; MONTAÑO, 2008).

Mesmo a auto-imagem está atrelada ao voluntarismo, recorrente na gênese da profissão; porém no decorrer dos anos e com o processo de proletarização ativa dos assistentes sociais, conseguiu-se romper com o voluntarismo, mas não com a subalternidade sócio-técnica que determina o status profissional como uma “profissão menor” ou “profissão auxiliar”, com a imagem de um trabalhador especializado que só se resume em fazer – evidenciando ‘a prática pela prática’ – mas não consegue explicar as razões de sua intervenção e as suas causas. Neste caso, o perigo eminente de ser reduzido a um mero “tecnocrata”, delegando a outros profissionais - cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas, etc - a tarefa de pensar a sociedade e sua complexidade (IAMAMOTO, 1998; MONTAÑO, 2008; NETTO, 1992).

Na década de 1990, iniciou-se o debate dentro do seio da categoria profissional o debate sobre gênero, que começa a ter relevância e importância na nova formatação dos currículos dos cursos de graduação de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS em 1996 (LIMA, 2010). Mirales (2010) coloca que o gênero e outras categorias são insuficientes para determinar a explicação da realidade societária brasileira onde se inserem as mulheres, por exemplo, nas suas colocações nas diversas profissões, sendo elas ditas “femininas” ou não. A mesma autora coloca a importância da categoria “patriarcado” na discussão sobre gênero e as formas de dominação e exploração.

A categoria “patriarcado” não terá a centralidade neste debate, a mesma possui sua relevância e alinhamento com outra categoria que será trabalhada a seguir: ‘a divisão sexual do trabalho’. Lisboa (2010) refere-se a prática profissional dos assistentes sociais em um cotidiano de exclusão, dominação e exploração. E coloca que de

(...) forma pulverizada, quando não isolada, algumas(uns) profissionais de Serviço Social têm se aproximado dos estudos de gênero e insistido na importância da transversalidade dessa categoria na mediação teórica sobre as demandas que surgem no cotidiano das práticas (LISBOA, 2010: 72).

Essa transversalidade vem materializada pela conjunção de projetos e programas sociais, que constituem as políticas públicas brasileiras atuais; e onde está inserida grande parte do contingente profissional.

Tal estudo ainda necessita de outras análises, assim explicitadas e que serviram para a construção deste projeto dissertativo: (a) Gênero como categoria a ser tratada como uma das refrações fenomênicas da ‘questão social’ e sua relação no cotidiano profissional do assistente social docente; (b) Gênero como categoria a ser analisada na divisão sexual e sócio-técnica do trabalho; (c) Gênero como categoria a ser analisada – de forma dialética e sócio-histórica – na conformação e gênese do trabalho docente, sem esquecer do seu papel na trajetória historiográfica da Educação brasileira.

### **A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CATEGORIA CONTEMPORÂNEA.**

Qual a diferença entre a divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho? Resgatando Marx (1982) a expressão ‘divisão social do trabalho’ é a designação da especialização de atividades (humanas) em todas as sociedades complexas, independentemente de seus produtos circularem como mercadorias ou não. No caso em questão, e para a alusão da classe trabalhadora, a venda de sua ‘força de trabalho’ constitui-se como mercadoria em troca de um salário.

No caso da ‘divisão sexual do trabalho’, recorre-se a Hirata (2002) que coloca como uma categoria central e sociológica a ser utilizada para a indicação do destino e execução de atividades distintas para mulheres e homens, tanto no âmbito público (mercado de trabalho) quanto no âmbito doméstico, e ainda *“implica uma diferenciação de funções com distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário”* (CRUZ, 2008, p.56)

Hirata (2002) contribui para o *“estudo dos trabalhos”* ou para o *“estado das artes”* sobre a problemática e as teorias da ‘divisão sexual do trabalho’ nas diferentes disciplinas das ciências sociais, sob a predominância da escola francesa da subdisciplina *“Sociologia do Trabalho”* e de sua subsequente produção científica. Visualizar analiticamente tal divisão sexual é desvelar as *“diferenças no mercado de trabalho conforme o sexo do trabalhador”* (HIRATA, 2002: 274), além de interligar outras

produções de outros autores do ponto de vista histórico e sociológico. A autora coloca o aspecto do objeto de sua pesquisa, abandonando a natureza estática em que as ciências sociais – tradicionalmente – tratam os seus objetos de estudo, bem como sua pretensa neutralidade.

A problemática, acompanhada com a evolução e a dinamicidade do objeto em estudo, onde tal ‘divisão sexual’ possui a importância analítica para desvelar o contexto de precarização do trabalho docente das assistentes sociais, cujo cotidiano profissional faz parte das relações sociais sexuadas. Também há múltiplos questionamentos na trajetória teórica para este ‘estado das artes’ sobre a ‘divisão sexual do trabalho’. Primeiro, segundo Hirata (2002) e Antunes (1998), a definição de trabalho, que deveria ser ampliado inserindo-se o trabalho doméstico, trabalho não-remunerado e trabalho informal; segundo a diferenciação conceitual. Tal concepção se baseia em um equívoco comum, o de considerar trabalho e emprego como sinônimos. Trabalho precede emprego e sua existência tem seu fundamento desde o momento em que o homem – como sujeito social – passou a modificar o seu ambiente. O emprego, termo mais recente, tal conceito surge junto ao início da revolução industrial, que se configura como uma relação relativamente estável e mais ou menos duradoura. Tal relação é estabelecida entre o capitalista e o trabalhador, onde há, dessa forma, um contrato que pressupõe uma relação de subordinação do empregado ao empregador. Segundo Castel (1988), tal contrato de trabalho tinha, no início do processo de assalariamento, o objetivo primaz de controlar – territorialmente – a mobilidade da força de trabalho. Além disso há o debate atual sobre o fim da sociedade do trabalho e as teorias dualistas e do exército industrial de reserva (contribuição das disciplinas de economia e sociologia) e a junção de duas subdisciplinas que estão separadas: sociologia do trabalho e sociologia da família (HIRATA, 2002).

Outros questionamentos são colocados em importância como a “coextensividade”, que sobrepõem parcialmente os campos da produção e reprodução<sup>4</sup>. A preeminência do econômico conforma de maneira imperialista perante outros do saber, cuja categoria ‘força de trabalho’ como conceito-chave na análise marxista clássica das relações de dominação, cede lugar ao conceito de “sujeito sexuado” (HIRATA, 2002). A ‘divisão

---

4 Extende-se ao trabalho produtivo e reprodutivo.

sexual do trabalho' possui, neste caso, um carácter multidimensional da categoria trabalho que exclui qualquer risco de excluir o trabalho doméstico com o trabalho assalariado (HIRATA & KERGOAT, 2007). Não se mencionam duas sentenças importantes: (i) o total desconhecimento ou a indiferença da subdisciplina 'sociologia do trabalho' quanto à 'divisão sexual do trabalho' (HIRATA, 2002); (ii) e as influências do incremento tecnológico<sup>5</sup> na 'divisão sexual do trabalho' (HIRATA & KERGOAT, 2007).

Segundo Hirata (2002) há duas teorias que fundamentam a categoria 'divisão sexual do trabalho': vínculo social e relação social. Teorias que se interligam e são interdependentes. O vínculo social, que é conformado por teorias e conteúdos correlatos à solidariedade orgânica, à complementaridade, à conciliação, à coordenação, à parceria, à especialização e à divisão dos papéis. A relação social que é fundamentada por conteúdos alinhados à divisão do trabalho, à contradição, ao antagonismo, à oposição, à dominação, à opressão e ao poder.

Há confrontos interdisciplinares presentes nesta categoria que pode-se referenciar: 1- O mercado de trabalho dual e o exército industrial de reserva; 2- influências da história e da economia nas teorias sociológicas que fundamentam a 'divisão sexual do trabalho'; 3- o fim da visão unívoca e neoclássica sobre gênero; 4- a sexualização da história; 5- o trato do trabalho doméstico e suas especificidades; e 6- a transversalidade nas disciplinas. A mesma autora coloca o papel de tais disciplinas e conteúdos transversais e de seu desenvolvimento (HIRATA, 2002).

## **SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO DOCENTE: RECORTE SÓCIO-HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Profissão docente e a profissão de Serviço Social: como discorrer transversalmente sob duas categorias: gênero e trabalho docente, sem esquecer a devida relação com a 'divisão sexual do trabalho'. Surge na ampliação do Estado capitalista, principalmente na era dos monopólios, onde se incluem novos atores sociais, que materializavam, na agenda pública, as refrações da 'questão social', tendo as políticas sociais como instrumento-mor privilegiado na ação potencializada naquilo que se

---

<sup>5</sup> Os homens possuem acesso diferenciado aos artefatos tecnológicos, bem como as interfaces cibernéticas.

configuravam as desigualdades sociais (IAMAMOTO, 1998, MONTAÑO, 2008). A Educação, não somente como campo sócio-ocupacional, mas uma política setorial, só foi visualizada pela profissão de Serviço Social de maneira tardia<sup>6</sup>, excetuando aqueles profissionais que ingressavam no exercício docente. Segundo Garcia (2013), coloca que

(...) o objeto da profissão foi sendo conformado, pela entrada no jogo do poder, dos segmentos mais subalternos da sociedade que, para legitimar o novo *status quo* capitalista, deveriam ter as suas demandas mais urgentes atendidas via serviços sociais, inseridos no corpo das políticas sociais, que serviriam como “salários indiretos” que auxiliassem na reprodução e legitimação do próprio capital. (GARCIA, 2013:22).

Lembrando o que segundo Oliveira e colaboradores (2010) denota sobre a protogênese da institucionalização da profissão docente no Brasil no período pombalino, onde o mesmo território (brasileiro) se constituía parte do Reino, que configurava em um projeto de construção de uma nação civilizada e miscigenada, sob o lastro da difusão da “Língua do Príncipe”<sup>7</sup>. O mesmo autor – em parceria de seus co-autores – coloca que com o Alvará de 28 de junho de 1759 que denota

(...) a educação passou oficialmente a ser gerida pelo Estado, que por sua vez tornou-se responsável por controlar a seleção e a carreira dos professores, institucionalizando assim a profissão docente. (OLIVEIRA et al, 2010: 66).

121

---

Diferente de Azevedo (199?) que descreve o período pombalino como um recorte temporal de “trevas”, um “hiato” para o processo de conformação da educação, e subseqüentemente, a cultura brasileira:

Entre a expulsão dos jesuítas em 1759 e a transplantação da corte portuguesa para o Brasil em 1808, abriu-se um parêntese de quase meio século, um largo hiatus que se caracteriza pela desorganização e decadência no ensino colonial. (AZEVEDO, 199?: 545).

---

6 Coloca-se de maneira tardia como campo de política setorial como a saúde e a assistência social. Apenas nos anos 1990.

7 A Legislação pombalina como conjunto de peças legislativas que foram materializadas no Reinado de D. José I, em uma tentativa de buscar a modernização “absolutista” em Portugal. As mesmas legislações são a favor de um projeto civilizatório para os indígenas sob a ‘Língua do Príncipe’ (p.55).



## Das Damas de Caridade à Trabalhadoras

O mesmo autor – pioneiro escolanovista brasileiro – ainda coloca que os colégios jesuítas tinham a função, dentro da colônia, de difusão de uma cultura “franca” e genuína; que mesmo com a expulsão da Companhia de Jesus em todo o Reino e suas possessões ultramarinas, e depois das reformas pombalinas, as construções jesuíticas – bem como outras ordens religiosas que ficaram – retroalimentaram o seu legado (AZEVEDO, 1997). Qual relação com tais fundamentos sócio-históricos sobre a educação brasileira e a profissão de Serviço Social? Sabendo que o exercício docente em Serviço Social, até então, era vista como complemento da denominada área da prática profissional visualizada na inserção de outros campos das políticas setoriais como a saúde e assistência social. A política de educação se consolida como campo sócio-ocupacional de fato após a Constituição de 1998, que determina a mesma como um direito público e universal. Neste caso, outro campo de ocupação para estes profissionais – docentes ou auxiliares no processo socioeducativo (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998; GARCIA, 2010).

No caso das assistentes sociais, segundo autores que discutem com mais apropriação sobre a gênese do Serviço Social como Iamamoto e Carvalho (1998), Netto (1998) e Montañó (2008), a profissão se consolida na auto-imagem feminina, onde as primeiras alunas eram de famílias de classes médias e tradicionais de São Paulo e do Distrito Federal<sup>8</sup>, na segunda metade da década de 1930. Porém, mesmo com a conquista de uma nova inserção no mercado de trabalho, tal entrada foi pela via subalterna e descredenciada de valor científico. Horta (1994) coloca como era pensada a educação para as mulheres na Era Vargas,

(...) para o Ministro, “é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói.” Ora, a família é “a base da organização social”, estando por isso “colocada sob a proteção social do Estado”. A este compete preparar convenientemente a mulher para sua “grave missão”, através da educação que lhe é ministrada. (HORTA, 1994: 170).

---

8 A primeira turma formada de “assistentes sociais” (somente constituídas por mulheres) pela PUC São Paulo em 1938. No Distrito Federal, em 1939, 18 assistentes sociais (no mesmo molde de gênero) se graduaram pela PUC Rio de Janeiro,

Tal citação acima corrobora com a sobreposição colocada por Carvalho (1998) entre o exercício docente das professoras primárias e a *maternagem*. Vidal (2001) reforça a figura feminina na auto-imagem das “normalistas”, ou aquelas que seriam as docentes responsáveis pela educação básica, que corrobora a reprodução social como campo majoritário, sendo as políticas de educação e de assistência suas ramificações.

Mesmo com a concordância entre autores que escrevem sobre Serviço Social (sob o ponto de vista histórico-materialista) e Educação (sob o ponto de vista historiográfico), aqui elencados, na questão sobre gênero; o Serviço Social, de forma subalterna, colocou tais profissionais a serviço no campo da reprodução social, como subsídio para a manutenção da produção e de suas formas de acumulação, auxiliando no controle dos trabalhadores e suas famílias, sob a plataforma fundamentada nas metas de produtividade (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

Tanto a profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, teve as sua protoformas alicerçadas no conservadorismo romântico – de natureza anti-capitalista e anti-comunista – que prezava no resgate de valores morais sob o lastro confessional. A Ação Católica que veio com toda a força contra as propostas liberais e renovadores não só naquilo que se conformava como as ações das políticas de assistência social e suas subseqüentes intervenções perante a nascente classe trabalhadora, mas na configuração de um novo projeto de Educação, materializada pela “Escola Nova” (IAMAMOTO, 1998). Tais agentes ‘leigos’ que se constituíam os “Católicos” eram recrutados pelo Centro D. Vital, para lutarem de forma determinada a favor do ensino religioso e da implantação das escolas confessionais. A relação disto com a gênese da profissão de Serviço Social, embasada pelas encíclicas papais *Rerum Novarum*<sup>9</sup> e *Quadragesimo Anno*<sup>10</sup>, deram a

---

9 Encíclica papal escrita pelo Papa Leão XIII a 15 de Maio de 1891. Era uma carta aberta a todos os bispos, sobre as condições das classes trabalhadoras. Junto com o neotomismo, conformou o caráter anti-capitalista da profissão de Serviço Social.

10 Carta encíclica escrita pelo Papa Pio XI, de 15 de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social. Foi escrita como uma resposta à grande depressão de 1929, onde a mesma encíclica dá uma grande importância à restauração do princípio dirigente da economia baseado na unidade do corpo social. Tal unidade não pode se alicerçar na luta de classes, como a ordem econômica não deve deixar-se à livre concorrência de forças, que cai facilmente no esquecimento de seu próprio caráter social e moral.

## Das Damas de Caridade à Trabalhadoras

conformação anti-burguesa e anti-comunista, conformaram nas primeiras escolas de Serviço Social ligadas às entidades confessionais da Igreja Católica.

Mesmo sendo uma política setorial, a educação como campo de difusão da cultura, que na história social brasileira possuía um vínculo íntimo com a formação da nacionalidade, não foi o espaço de entrada para os novos agentes sociais conformados “assistentes sociais”, que preencheram as vagas nas primeiras políticas de assistência social voltadas para a classe trabalhadora nascente e corporativista. O mesmo campo de trabalho entrou no cotidiano profissional pela via da assistência materializada através de projetos ou programas de “assistência estudantil”, onde a prática ficava reduzida apenas em estudos socioeconômicos e concessões de benefícios e bolsas, tanto em instituições públicas e privadas (MARTINELLI, 1997).

Mesmo com o processo de modernização da educação desde os anos 1920, cujo sistema escolar se adaptava às exigências de um projeto societário que configurava uma nova nacionalidade, a fábrica torna-se alvo e paradigma da escola e da sociedade, com o objetivo primaz de um controle social, carregado pela concepção da assepsia, moralização do espaço urbano e na convivência harmoniosa entre as classes sociais (CARVALHO, 1998). Mesmo na Era Vargas, a inserção dos “novos agentes sociais” se dar de modo auxiliar, via política de assistência, os processos de educação para os trabalhadores, trabalho junto às famílias, enquadrando-os na esfera da reprodução social, prevenindo o absenteísmo e desajustamentos. Pode-se colocar como exemplo, segundo o que já foi citado por Carvalho e Yamamoto (1998), a consolidação do Sistema “S”<sup>11</sup>, como um braço privado do controle social da massa de trabalhadores, auxiliando não só no campo da saúde do trabalhador, lazer e assistência familiar, bem como na continuidade da educação profissional de sua clientela. Práticas que consolidam a higiene moral, a assepsia e a organização racional do trabalho, fizeram parte do cotidiano destes profissionais – ditos auxiliares da educação e agentes da assistência – que corroboravam seus objetivos, com os

---

11 O Sistema “S” constituiu-se em duas entidades: SESI (Serviço Social da Indústria) e SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Políticas de assistência auxiliando a educação profissional continuada dos trabalhadores. Tendo seu projeto-piloto junto com a extinta LBA (Legião Brasileira de Assistência) em 1942, sedimentando sua fundação em 1946.

demais intelectuais (e por não dizer nas elites dirigentes) que pensavam a educação, nos projetos de homogeneização cultural e de higienização moral aliada à conformação de uma nova nacionalidade, mesmo atrelado ao lastro confessional (CARVALHO, 1998; IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

Assistente social como intelectual orgânico, como um membro ideológico a serviço da hegemonia alicerçada por grupos sociais que configuram as elites que possuíam uma participação importante e significativa na configuração do Estado populista pós-1930. Sincreticamente, referenciando Netto (1998), mesmo com seus aspectos antimodernistas e neotomistas, tais profissionais cumpriram o seu papel de “*gendarme*” das ações de reprodução social, agregando terminalmente em suas práticas as teorias da modernidade conservadora que alicerçavam a execução das políticas sociais a uma classe nascente de trabalhadores urbanos. Brandão (1999) coloca como este sincretismo é configurado pelas ambigüidades:

O sentido pré-estabelecido sobre o conservadorismo do movimento da escola nova afirmou-se na historiografia em prejuízo, a meu ver, de um trabalho mais matizado pelas ambigüidades, que abriria uma gama bem mais rica de significados à interpretação histórica do trabalho dos Pioneiros. (BRANDÃO, 1999:18)

Ainda nesta análise, em consequência do seu interesse pela ‘questão social operária’, o Centro D. Vital dedicou sua ação, em grande parte, à criação de centros operários, em que se fazia um trabalho de ação social junto às mulheres operárias, abrangendo cursos de formação em colaboração com outras instituições ou movimentos católicos. Por ocasião da Constituição de 1934, apesar de ser apolítico, cooperou com a Liga Eleitoral Católica, através da Comissão Feminina de Propaganda, e na escolha dos representantes de São Paulo na Constituinte, visando defender o programa da chapa única, que incluía entre os postulados princípios básicos da Ordem Social Cristã. Tais movimentações se configuraram na participação cooptada destes atores no Estado getulista e, por conseguinte, no Estado Novo. Tal aventura – de caráter apolítico – não foi apenas construída pelos ‘leigos’ católicos, mas pelos Pioneiros como Fernando de Azevedo como nos coloca Toledo (1995):

## Das Damas de Caridade à Trabalhadoras

“A reforma educacional, segundo Azevedo, deveria ficar restrita à renovação das tradições que operassem o progresso da sociedade, para isso é necessário que a política ou as paixões estivessem do lado de fora das discussões, não permitindo que a ‘zona de pensamento perigoso’ ameaçasse o pensamento da ‘escola nova’.” (TOLEDO, 1995; p.72);

Tal citação acima corrobora com o pensamento ‘leigo’ dos agentes do Centro D. Vital e de suas demais agremiações e associações. A história de uma profissão não deve seguir uma continuidade linear tendo como plataforma uma dissecação puramente cronológica e descritiva, pois a mesma se metamorfoseia e se reformula de forma potencializada; a mesma história possui a sua centralidade e não pode está presa às estruturas que não se articulam e que não mostram suas continuidades-descontinuidades . No caso da Educação, que se configura como um conjunto de práticas de transmissão e difusão da cultura, sempre buscando as devidas mediações (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2013), não se pode pensar na profissão de Serviço Social dentro do contexto educacional apenas no que se refere à profissão docente. Thompson (1981) completa a síntese:

[...] a História está condenada pela natureza de seu objeto ao empirismo". Mas o empirismo, como sabemos, é uma desacreditada manifestação da ideologia burguesa: "A despeito das pretensões empiristas de prática histórica, o objeto real da história é inacessível ao conhecimento.(THOMPSON, 1981; p.10).

Thompson (1981) recusa a perspectiva do tratamento da experiência e da cultura apenas na plataforma ideológica. O mesmo autor refuta que os valores, como expressões sócio-culturais, sejam simplesmente impostos pelo Estado capitalista, através de seus aparelhos ideológicos. Seguindo as categorias *gramscianas*, o Estado sob a égide do capital possui – de forma ampliada – outros atores que se constituem em seus aparelhos privados que fundamentam e alicerçam a hegemonia e, subseqüentemente a ideologia dominante (MONTAÑO, 2008).

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E HOMEGRÁFICAS.**

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez Editora. 1998.

AZEVEDO, Fernando de. *As origens das instituições escolares*. In: **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4ª. Ed. Melhoramentos; p. 545-601. 199?

BRANDÃO, Zaia. **A Intelligentsia educacional** – *Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH, EDUSF. 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação** (1924-1931). Bragança Paulista- SP, EDUSF.1998.

CARVALHO, Marília Pinto de. *Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico*. In: Cristina Bruschini; Heloísa Buarque de Hollanda. (Org.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Ed. 34/ FCC, v. , p. 379-409. 1998.

CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social**. *Una crónica del salariado*, Paidós, Buenos Aires (reedición), 1998.

CORRÊA, Mariza. *Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal*. In: **Cadernos Pagu** [on-line], nº16; 2001. pág.13-30.

CRUZ, Maria Helena Santana *Questões sobre cidadania, trabalho e gênero*. In: **Cadernos UFS- Serviço Social**, v.10. Aracajú: Ed. UFS., 2008.

DALLAGO, Cleonilda S. 2010. *A relação de gênero como parte constitutiva de discussão do exercício profissional do Assistente Social*. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

GARCIA, Michael Hermann. *O objeto, o instrumento, o Serviço Social e o Estado Burguês: o vínculo da profissão com as políticas sociais e a 'questão social'*. In: **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais** / Universidade Tiradentes. Aracaju, V.1, N.2. fev. p. 21-32. 2013.

HIRATA, Helena. *Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das Artes*, In: **Nova divisão do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, p. 273-289.2002.

\_\_\_\_\_ ; KERGOAT, Daniele. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez, 2001.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: A Educação no Brasil** (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela.. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Cortez Ed. 4ª ed. São Paulo. 1997.

\_\_\_\_\_ ; CARVALHO, Raul de. 1998. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12ª ed. Cortez Editora: CELATS. 1998.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez Editora. 1998.

\_\_\_\_\_. *As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo*. Texto base da conferencia magistral do **XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**, San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004, originalmente publicado nos Anais do referido Seminário: MOLINA, M. L. M. (Org.) *La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana*. San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, p. 17-50. 2004.

LIMA, Rita Lourdes de. *Gênero e Serviço Social*. In: Anais do **VI Congresso Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e Gênero da ABEH** (Associação Brasileira de Estudos sobre Homocultura). Salvador-BA. 2012.

LISBOA, Teresa K. *Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da profissão*. **Rev. Katálises**. UFSC. Florianópolis. 2010.

MARTINELLI, Maria Lucia. 1997. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5 ed., São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. 8ª edição. São Paulo: Difel. 1982.

MIRALES, Rosana. *Algumas reflexões sobre gênero e Serviço Social*. In: **Fazendo Gênero 9**. UFC. 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª ed., São Paulo: Cortez Editora. 1992.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese e sua especificidade**. 2ª ed. Cortez editora: São Paulo. 2008.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; e OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Notas de Aulas da disciplina Educação Brasileira**. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2013.

NETTO, José Paulo.. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Cortez Editora, São Paulo. 1998.

NUNES, Clarice. 2000 **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista-SP, EDUSF.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo, et al. *A legislação pombalina e a história do ensino das línguas no Brasil*. In: \_\_\_\_\_(Org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757– 1827)** – Maceió: EDUFAL, 339p. 2010.

SAFFIOTI, Hellieth. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna. 1987.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo. 2004.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

THOMPSON, Edward. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores S/A. 1987.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira**: ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura. São Paulo, PUC. (Dissertação – Mestrado em Educação). 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista SP, EDUSF. 2001.